

Plataforma Aprenda Mais: Educação Pública, Gratuita, Inclusiva, Acessível e de Qualidade

Learning More Platform: Public, Free, Inclusive, Accessible and Quality Education

ISSN 2177-8310
DOI: 10.18264/eadf.v13i1.2079

¹* Úrsula MARUYAMA/Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

²Júlia Marques Carvalho da SILVA/ Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, Brasil.

*aurulamaruyama@mec.gov.br

Resumo

A implementação e manutenção de plataformas de MOOCs (*massive open online courses*) na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPC) enfrenta diversos desafios, tais como: a falta de infraestrutura tecnológica necessária, a indisponibilidade de recursos humanos especializados, a dificuldade na certificação dos cursos oferecidos e na geração de dados para registro no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec). O objetivo deste artigo é apresentar os registros de desenvolvimento da plataforma de cursos massivos de oferta exclusiva da RFEPC. Esta pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, utiliza-se de métodos mistos, como a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o estudo de caso. Como objeto de estudo, a Plataforma Aprenda Mais, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), é observada desde a sua concepção, em 2021, até os dias atuais. Embora a oferta de cursos seja restrita à RFEPC, inscrever-se neles é algo aberto a todos pela Plataforma Aprenda Mais, o que ressalta o propósito da educação pública, gratuita, inclusiva, acessível e de qualidade. Os resultados obtidos sobre inclusão, com as mais de um milhão de matrículas feitas na referida plataforma, são apresentados nas considerações finais.

Palavras-chave: MOOC. Educação profissional e tecnológica. Setec/MEC. Rede Federal de EPCT. Plataforma Aprenda Mais.



Recebido 10/09/2023
Aceito 28/11/2023
Publicado 19/12/2023

COMO CITAR ESTE ARTIGO

ABNT: MARUYAMA, U.; SILVA, J. M. C. Plataforma Aprenda Mais: educação pública, gratuita, inclusiva, acessível e de qualidade. **EaD em Foco**, v. 13, n. 1, e2079, 2023. doi: <https://doi.org/10.18264/eadf.v13i1.2079>

Learning More Platform: Public, Free, Inclusive, Accessible and Quality Education

Abstract

The implementation and maintenance of MOOCs (massive open online courses) platforms in the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education (RFEPCT) faces several challenges, such as: lack of necessary technological infrastructure, unavailability of specialized human resources, difficulty in certification courses offered and in data generation for registration in the National Information System for Professional and Technological Education (Sistec). The objective of this article is to present the massive course platform development records offered exclusively by RFEPCT. This qualitative research, of an exploratory nature, uses mixed methods, such as bibliographical research, documentary research and case studies. As an object of study, the Learn More Platform, from the Secretariat of Professional and Technological Education (Setec/MEC), has been observed since its conception, in 2021, until the present day. Although the offer of courses is restricted to RFEPCT, enrolling in them is open to everyone through the Learn More Platform, which highlights the purpose of free, inclusive, accessible and quality public education. The results obtained on inclusion, with more than one million registrations made in the aforementioned platform, are presented throughout the final considerations.

Keywords: MOOC. Professional and technological education. Setec/MEC. EPCT Federal Network. Learning More Platform.

1. Introdução

As mudanças ocorridas a partir da difusão das tecnologias digitais (TD) provocaram uma grande mudança social (Brynjolfsson; McAfee, 2014; Gourova *et al*, 2014), que teve impacto no desenvolvimento das competências para o século XXI (Perrenoud; Thurler, 2009). Essas mudanças, em maior ou menor escala, impactaram profundamente a educação, tendo modificado os espaços escolares, os ambientes de aprendizagem e os recursos utilizados para o ensino, bem como a caracterização do aluno, principalmente a partir da pandemia da Covid-19 (Unesco, 2020; Silva; Behar, 2021).

Ao se organizar politicamente, o povo estabelece o seu instrumento de poder, que é o Estado (Hobbsbawn, 1998). Os elementos essenciais para justificar a existência de um Estado são: povo, território e o poder político. A finalidade do Estado é prover a realização do bem comum. A Administração Pública é a soma de todo o aparelho do Estado, estruturada para realizar os serviços públicos, visando à satisfação das necessidades da população, ou seja, o bem comum (Matias-Pereira, 2009, p. 176). De acordo com Bresser-Pereira (2001) a eficiência administrativa e a democracia são os dois maiores objetivos políticos da sociedade contemporânea.

Os *massive open online courses* (MOOCs) são cursos abertos, on-line, gratuitos e de acesso irrestrito, que têm como principal objetivo proporcionar educação de qualidade para um maior número de pessoas, em escala global. Eles são oferecidos por meio de plataformas digitais e têm se consolidado como uma importante ferramenta na educação a distância (EaD). Diversas instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, têm aderido a essa modalidade, com destaque para plataformas como Coursera, edX e Udacity.

Na educação pública, no contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), várias iniciativas têm sido adotadas para a implementação de MOOCs. Entre as instituições, destacam-se o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) e o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), que utilizam a plataforma Moodle. Outros institutos federais, como o Ifap, IFSP, IFPR e IFPA, adotam a plataforma TimTec como base para seus cursos massivos.

Entretanto, a implementação e manutenção de plataformas de MOOCs na RFEPCT enfrenta diversos desafios, tais como: a falta de infraestrutura tecnológica necessária, a indisponibilidade de recursos humanos especializados, a dificuldade na certificação dos cursos oferecidos e na geração de dados para registro no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec). Esses desafios podem limitar o alcance e a efetividade das iniciativas de MOOCs na Rede Federal, além de demandarem investimentos significativos em termos de tempo e recursos. Dessa forma, surge a questão desta pesquisa: como reduzir as desigualdades para a oferta de cursos MOOCs dentro da perspectiva da RFEPCT?

Assim, o objetivo da presente pesquisa é apresentar os registros sobre o processo de criação e desenvolvimento de uma plataforma de cursos massivos na educação pública, para oferta exclusiva da Rede Federal de EPCT, visando superar os desafios mencionados e potencializar a oportunidade de educação a distância de qualidade para um maior número de alunos.

Como objeto desse estudo de caso, apresenta-se o processo de criação da Plataforma Aprenda Mais, subsidiada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação, em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

Quanto à relevância do estudo, observa-se que é potencialmente significativo o número de pessoas que podem se beneficiar da aprendizagem por meio de cursos abertos, especialmente aquelas que, por motivos diversos, não puderam seguir as exigências de um modelo presencial de estudo (García, 2013; Santos, 2022). Esta pesquisa, portanto, visa não apenas a implementação de uma plataforma de cursos massivos, mas também alcançar a perspectiva social sobre a qualidade e o acesso à educação a distância. Ao identificar e enfrentar tais desafios, a investigação contribui para a criação de um ambiente de aprendizado mais equitativo, onde todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas ou geográficas, tenham oportunidades iguais de se beneficiar dos recursos educacionais oferecidos. Assim, este trabalho não só apresenta uma solução tecnológica inovadora, mas também fornece valiosas reflexões sobre como superar barreiras estruturais e organizacionais, garantindo o impacto mais amplo e sustentável da educação a distância.

A partir da apresentação do processo de criação, na Administração Pública, da Plataforma Aprenda Mais para a educação, é possível exemplificar, por meio da divulgação científica, a amplitude de ofertas educacionais profissionalizantes disponibilizadas pelo Ministério da Educação à sociedade brasileira. Além disso, ressalta-se a questão da eficiência administrativa e da democracia no âmbito da educação nacional.

Nesse sentido, a partir da perspectiva da educação profissionalizante na Administração Pública, serão aqui expostos os seguintes tópicos: uma breve contextualização acerca dos cursos MOOC, um histórico conciso sobre tais cursos na Rede Federal de EPCT, a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, um estudo de caso sobre Plataforma Aprenda Mais, além dos resultados obtidos a partir da apresentação dos principais componentes da Plataforma Aprenda Mais.

A proposta da plataforma, como discutido anteriormente, busca contemplar soluções específicas para atender às necessidades das instituições da rede federal. Esse enfoque, alinhado com a

perspectiva do presente trabalho, enfatiza a importância de expandir e consolidar os MOOCs no contexto da esfera federal de ensino, considerando as peculiaridades e desafios próprios do sistema de educação brasileiro nesse contexto.

Embora a oferta de cursos esteja restrita à RFEPECT, as inscrições neles são abertas a todos, o que destaca o propósito da educação pública, gratuita, inclusiva, acessível e de qualidade. Tal abertura vai além da simples oferta de cursos; ela representa uma estratégia deliberada de inclusão e democratização do acesso ao conhecimento, que será detalhadamente explorada nos tópicos subsequentes. Neles, abordaremos a forma como a plataforma pode servir de modelo para iniciativas similares, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, e discutiremos as implicações dessa abordagem para a política educacional, a equidade no acesso à educação e a inovação pedagógica.

2. MOOCs

Os MOOCs se destacam na EaD por serem cursos gratuitos, sem processo seletivo e com capacidade de atender a uma grande quantidade de estudantes em plataformas on-line. Essa modalidade de ensino, embora compartilhe características com a EaD tradicional, possui especificidades próprias (Mengual-Andrés *et al.*, 2016). Num resgate histórico, é reconhecido que a primeira experiência com MOOCs ocorreu em 2008, no Canadá, com o curso *Connectivism and Connective Knowledge*, baseado na teoria conectivista, de George Siemens (2005).

As plataformas de MOOCs são estruturadas para possibilitar uma grande quantidade de acessos, com padrões de verificação de aprendizagem, por exemplo, questionários (Gonçalves, 2013). Downes (2016) destaca que os MOOCs seguem quatro princípios: autonomia, diversidade, abertura e interatividade. Destaca que o princípio da interatividade, atualmente, é questionado por alguns estudiosos do tema e deve ser observado com cautela.

Embora nem todos os MOOCs sigam esses princípios, muitos se assemelham a cursos presenciais tradicionais, com o professor centralizando a disseminação do conhecimento (Bastos; Biagotti, 2014).

Agonács e Matos (2020) apresentam sua perspectiva associativa dos cursos MOOC aos ambientes heurísticos a partir dos preceitos de Hase (2016), que preconiza que o aprendente é visto como o responsável pelo próprio caminho de aprendizagem e, portanto, precisa participar ativamente de toda a experiência, incluindo o processo de desenho dessa aprendizagem. Nesse sentido, a heurística se baseia em teorias construtivistas e humanísticas consistentes com a neurociência e com a ideia do "aluno no centro do processo de ensino e aprendizagem" (Agonács; Matos, 2020, p. 22).

Andrade e Silveira (2016), em sua pesquisa sobre o panorama de aplicação de MOOCs durante o período de 2011 a 2015, concluíram que a maioria dos trabalhos na literatura ainda está relacionada com as categorias de ambientes virtuais de aprendizagem e instituições de ensino superior, as quais veem, nos MOOCs, uma oportunidade ou um novo modelo de negócios. Isso, no entanto, também diz sobre a incerteza da viabilidade econômica desse modelo de oferta de cursos.

Além disso, as reflexões realizadas por Silva e Accorsi (2018) destacam que ainda são poucos os profissionais que apresentam interesse na modalidade EaD, levando algumas instituições a estabelecerem centros específicos, nos quais esses atores irão trabalhar. Com isso, a educação a distância é centralizada em um ponto da instituição, de modo que, em vez de a modalidade ser disseminada, acabam sendo criados segmentos.

No entanto, o cenário dos MOOCs e da EaD apresentados anteriormente foi modificado quando as instituições de ensino foram fechadas em todo o país, no ano de 2020, devido à pandemia da Covid-19. Naquele contexto, o ensino remoto foi a alternativa para continuar as atividades educacionais. De acordo com o censo *EaD.BR 2020/2021: Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil*, os cursos livres a distância podem ser uma estratégia para trabalhar habilidades necessárias ao aluno/ futuro profissional e, embora as instituições (70%) indiquem concordância com esse ponto de vista, a proposta desses cursos ainda é pequena (Abed, 2021).

Vale ressaltar que, neste estudo, considerou-se a revisão sistemática na literatura nacional e internacional sobre os *Modelos Pedagógicos Baseados em Competências Digitais na Educação*, propostos por Silva e Behar (2021), com base em Behar (2009; 2019). Além disso, no contexto deste trabalho, tal qual a premissa estabelecida por Battestin e Santos (2022), consideram-se MOOCs os cursos on-line de curta duração, abertos ao grande público, sem processos seletivos, gratuitos, com certificação automática – após o aluno atingir os critérios estabelecidos – e que não possuem tutoria, sendo de autoestudo.

Finalmente, a partir do estudo de Bielschowsky (2017), observou-se um importante marco na EaD produzida no estado do Rio de Janeiro, a partir da apresentação da história do projeto que deu início ao Consórcio Cederj. A seguir, pretende-se apresentar, em uma perspectiva semelhante a essa, as principais diretrizes e parcerias que compuseram a criação da Plataforma Aprenda Mais, pelo Ministério da Educação, e ajudaram a estabelecê-la.

3. Breve histórico das plataformas de MOOCs na rede federal de EPCT

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também conhecida por Rede Federal, criada pela Lei nº 11.892 (29 de dezembro de 2008), constituiu-se um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país. Integrante do sistema federal de ensino vinculado ao Ministério da Educação, a Rede Federal foi instituída pela reunião de um conjunto de instituições: 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 Escolas Técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II.

Reconhecida pela qualidade do ensino ofertado, pela diversidade de cursos e por sua relevante atuação junto à população e às empresas locais, a Rede Federal de EPCT atua no sentido de potencializar o que cada região oferece de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer (MEC, [2023?a]). Nesse contexto, os MOOCs têm desempenhado um papel fundamental, por contribuírem significativamente para a democratização do acesso à educação de qualidade e para a formação profissional e pessoal dos alunos.

Historicamente, a oferta de MOOCs pela Rede Federal iniciou a partir da disponibilização da plataforma TIMTec (De Oliveira; Fassbinder; BARBOSA, 2016). O MEC (2017), visando ampliar as possibilidades para a educação profissional e tecnológica a distância e fomentar a utilização da tecnologia na educação, firmou um acordo, por meio da Setec, com o Instituto TIM, para disponibilizar a plataforma TIMTec à Rede e-Tec Brasil (Machado, 2017). A partir dessa cooperação, possibilitou-se que a Rede Federal tivesse acesso a uma plataforma para a oferta de cursos MOOC.

Entretanto, na análise realizada por Machado (2017), que visou comparar a TIMTec com o Moodle, – ambiente virtual de ensino e aprendizagem amplamente difundido –, foi identificado que a TIMTec apresentava poucas funcionalidades administrativas, bem como possibilidades para a criação de cursos, em detrimento do Moodle. Além disso, as alternativas de customização e desenvolvimento não foram encontradas na página da plataforma TIMTec. Sob o ponto de vista operacional, esta ofertava cursos de modo contínuo, sem chance de reoferta, nem coletava ou gerava os dados necessários para a realização dos registros nos sistemas do MEC.

Com isso, gradativamente, identificou-se que as instituições passaram a buscar novas soluções para a oferta de MOOCs. Em 2020, foi realizado um levantamento das plataformas existentes na Rede Federal, cujo resultado foi o relatório publicado em: <http://portal.mec.gov.br/images/13.04.2020setec.pdf>. Último acesso em: 6 fev. 2024.

Entre as instituições da Rede Federal, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) destacou-se pelo amplo catálogo de cursos, número de estudantes atendidos e pelo trabalho realizado, exclusivamente, por esforço próprio. A trajetória do IFRS começou em 2015, quando ofertou cursos de extensão on-line na plataforma Moodle, como Lógica de Programação, Java e Informática Básica. Em 2016, mais cursos foram adicionados, como o de Programador Web e Professor de Educação a Distância. Todos eles eram abertos ao público, mas possuíam processo seletivo e número limitado de participantes.

Paralelamente, o IFRS criou o curso Pré-IFRS, com vistas a preparar a comunidade para o processo seletivo para seus cursos técnicos e de graduação. Tutores voluntários auxiliavam os alunos inscritos e eram capacitados pelo próprio IFRS. O Pré-IFRS oferecia simulados e suporte dos tutores em caso de dúvidas, além de ser gamificado, para aumentar a interatividade e a motivação dos estudantes.

Em 2017, a Coordenadoria de Educação a Distância (CEaD) do IFRS adotou os MOOCs, que permitiram maior acesso e autonomia aos alunos, que não tinham mais necessidade de tutoria. A partir desse momento, os cursos passaram a ser abertos a toda a comunidade, sem limite de inscritos. Essa ideia de acesso à educação sem seleção de alunos é defendida pelo filósofo e pedagogo John Dewey (Casteller, 2008).

4. Metodologia

O conceito de metodologia refere-se às escolhas que fazemos sobre os casos a serem estudados, os métodos de coleta de dados, bem como as formas de analisá-los, tanto no planejamento quanto na execução de um estudo de pesquisa (Silverman, 2009). Assim, pesquisadores qualitativos organizam visitas aos locais, fazem observação ou promovem entrevistas relacionadas a elas (Olsen, 2015).

De acordo com Yin (2016), a pesquisa qualitativa envolve, primeiramente, estudar o significado das vidas das pessoas sob condições reais, de modo que as interações sociais ocorram com mínima interferência de procedimentos de pesquisa artificiais, que limitem o discurso dos entrevistados. As ideias e os eventos oriundos da pesquisa qualitativa podem representar os significados dados a fatos da vida real pelas pessoas que os vivenciaram, mas não os valores, as pressuposições ou os significados mantidos pelos pesquisadores.

A escolha da abordagem qualitativa considerou a multiplicidade dos elementos existentes na composição dos cursos MOOCs, que são centrados em variantes que perpassam aspectos conceituais, metodológicos e técnicos (Santos, 2022), assim como desenvolvem um novo conceito na educação pública profissionalizante no Brasil. Quanto aos objetivos, o estudo foi feito de forma exploratória e descritiva. No entanto, ressalta-se que a pesquisa qualitativa não é apenas um diário ou uma narrativa cronológica da vida cotidiana. Ao contrário, ela é guiada por um desejo de explicar os acontecimentos por meio de conceitos existentes ou emergentes. Da mesma forma, a pesquisa qualitativa pode ser uma ocasião para desenvolver novos conceitos (Yin, 2016).

Para Creswell e Creswell (2021), a escolha do projeto precisa ser apresentada e defendida. Além disso, a proposta ou estudo precisa tratar do papel do pesquisador: experiências passadas, história, cultura e como isso potencialmente molda as interpretações dos dados. Neste trabalho o papel das pesquisadoras – uma atuante no Consórcio Cecierj e outra que desenvolveu um trabalho pioneiro em EaD no IFRS – permite-lhes ter o lugar de fala que molda a perspectiva de uma educação profissionalizante aberta, em massa, inclusiva e de qualidade.

Dos métodos principais utilizados para a pesquisa qualitativa, lançou-se mão de uma forma combinada: a observação participante e a análise de textos e documentos (Silverman, 2009). Essa escolha revela que não é possível estudar o mundo social sem ser parte dele. Assim, a observação participante não é uma técnica de pesquisa específica, mas um modo de estar no mundo característico dos pesquisadores (Atkinson; Hammersley, 1994, p. 249).

A interpretação, na pesquisa qualitativa, envolve vários procedimentos: o resumo dos resultados gerais, a comparação deles com a literatura, a discussão de uma visão pessoal dos resultados e a indicação das limitações e pesquisas futuras. Assim, o ato de interpretar, no âmbito de uma pesquisa qualitativa, pode assumir muitas formas, pode ser adaptado para diferentes tipos de projetos, além de ser flexível para informar significados pessoais, com base na pesquisa e na ação (Creswell; Creswell, 2021, p. 165).

Um estudo de caso investiga um fenômeno contemporâneo (o "caso") em seu contexto no mundo real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente evidentes. Como método de pesquisa, o estudo de caso é usado para contribuir com nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados. A necessidade diferenciada da pesquisa de estudo de caso surge do desejo de entender fenômenos sociais complexos (Yin, 2015).

Para uma melhor compreensão do *Estudo de Caso sobre a Plataforma Aprenda Mais* e de como esse estudo foi organizado, o Gráfico 1 apresenta os cursos da Plataforma Aprenda Mais estratificados por área de conhecimento.



Gráfico 1: Cursos da Plataforma Aprenda Mais por área de conhecimento.

Fonte: As autoras.

Observa-se que uma parte dos cursos ofertados está concentrada nas seguintes áreas: Gestão e Negócios (66); Recursos Naturais (28); Desenvolvimento Educacional e Social (25); Turismo, Hospitalidade e Lazer (18); Produção Alimentícia (17) e Ambiente e Saúde (17). A seguir, no Quadro 1, apresentam-se os cursos ofertados em cada área do conhecimento.

Quadro 1: Cursos ofertados na Plataforma Aprenda Mais em 2023.

Área do conhecimento	Cursos ofertados
Ambiente e Saúde	Ação Educativa na Prevenção e no Controle das Doenças e Agravos; Biologia; Doenças Emergentes e Reemergentes na Saúde Coletiva; Epidemiologia; Gerenciamento de Resíduos; Gestão de Pessoas em Saúde; Indicadores na Saúde; Planejamento em Saúde Coletiva; Primeiros Socorros para Profissionais de Saúde; Psicologia Aplicada à Reabilitação; Saúde Coletiva; Saúde da Mulher e do Recém-Nascido; Saúde do Homem e do Idoso; Saúde e Segurança do Trabalho; Saúde Ocupacional; Técnicas e Dinâmicas de Trabalho em Grupo; Vigilância em Saúde
Ciências Exatas	Cálculo Técnico; Estatística: Conceitos e Representações; Estatística: Medidas de Posição e Dispersão; Química
Ciências Humanas	Filosofia I; Filosofia II; Geografia e Geopolítica na Atualidade; Geografia I; Geografia II; História do Brasil; História Geral; Sociologia
Desenvolvimento Educacional e Social	Administração de Materiais; Aprendizagem Significativa; Audiovisual na Escola; Biblioteca Escolar; Contabilidade na Escola; Educação Física e Lazer; Educação, Sociedade e Trabalho; Educadores e Educandos: Tempos Históricos; Equipamentos e Materiais Didáticos; Espaço Educativo; Funcionários de Escolas: Cidadãos, Educadores, Profissionais e Gestores; Gestão Democrática nos Sistemas e na Escola; Gestão em Educação Escolar; Higiene na Escola; Jogos, Brinquedos e Brincadeiras; Laboratórios da Escola; Legislação Escolar; Ludicidade como Instrumento Pedagógico; Projetos Educacionais e Interdisciplinares; Psicologia da Aprendizagem; Redação de Textos Empresariais e Oficiais; Relações Interpessoais: Abordagem Psicológica; Segurança na Sociedade e nas Escolas; Técnicas de Construção Aplicadas à Escola; Trabalho Escolar e Teorias Administrativas
Gestão e Negócios	Administração Estratégica; Administração Financeira; Administração Pública Municipal; Administração: Fundamentos; Cadeia de Suprimentos; Captação de Recursos; Comércio Eletrônico; Constituição e Desenvolvimento de Cooperativas; Contabilidade Básica; Contabilidade Comercial; Contabilidade de Custos; Contabilidade Empresarial; Contabilidade Pública; Contratos; Controle de Transportes e Distribuição; Convênios; Cooperativismo: conceitos iniciais; Custos e Orçamento; Custos Logísticos; Desenvolvimento Pessoal e Interpessoal; Economia Solidária; Educação Cooperativista; Elaboração e Análise de Projetos; Empreendedorismo; Escrita Fiscal; Estrutura e Análise de Balanço; Ética Empresarial; Ética no Serviço Público; Ética Profissional; Finanças Públicas; Gestão de Documentos e Arquivística; Gestão de Estoques; Gestão de Marketing; Gestão de Pessoas: Conceitos e Processos; Gestão de Recursos nas Empresas; Gestão Estratégica de Cooperativas; Gestão Financeira; Gestão Financeira em Cooperativas; Gestão Tributária; Governança Cooperativa; Legislação Aplicada à Logística; Legislação Fisco Tributária; Licitações; Logística; Logística em Serviços; Logística Internacional e Aduaneira; Marketing de Vendas no Varejo; Marketing Empresarial e Pessoal; Marketing Pessoal; Marketing Público; Movimentação e Armazenagem; Orçamento Empresarial; Planejamento e Gestão Governamental; Planejamento Financeiro; Processamento de Pedidos e Serviços ao Cliente; Projetos: Elaboração e Gestão; Psicologia das Relações Humanas; Psicologia do Trabalho; Recursos Humanos; Recursos Humanos na Administração Pública; Responsabilidade Social; Roteirização Internacional; Rotinas Trabalhistas; Técnicas de Negociação; Técnicas de Vendas e Relações de Consumo; Transporte e Distribuição
Idiomas, Línguas e Literatura	Espanhol 1; Espanhol 2; Espanhol 3; Espanhol 4; Espanhol 5; Espanhol 6; Espanhol 7; Espanhol 8; Espanhol 9; Espanhol 10; Inglês 1; Inglês 2; Inglês 3; Inglês 4; Inglês 5; Inglês 6; Literatura; Português como Língua Adicional 1; Português como Língua Adicional 2; Português como Língua Adicional 3; Português como Língua Adicional 4; Português como Língua Adicional 5; Português como Língua Adicional 6; Português como Língua Adicional 7; Português como Língua Adicional 8; Português como Língua Adicional 9; Português como Língua Adicional 10; Português como Língua Adicional 11; Português como Língua Adicional 12; Português Instrumental
Informação e Comunicação	Automação de Sistemas; Banco de Dados 1: Fundamentos; Comunicação Empresarial; Estrutura de Dados; Projeto de Sistemas Web

Produção Alimentícia	Agroindustrialização de Frutas; Alimentação e Nutrição no Brasil; Alimentação Saudável e Sustentável na Escola; Análises Físico-Químicas dos Alimentos; Bebidas: Conceitos e Tipos; Cardápios Saudáveis; Confeitaria; Conservação de Alimentos: Calor, Concentração, Desidratação e Frio; Educação Alimentar e Nutricional nas Escolas; Gastronomia: Eventos; Gastronomia: História; Higiene e Controle de Qualidade de Alimentos; Microbiologia de Alimentos; Organização e Operação de Cozinhas Escolares; Panificação; Políticas de Alimentação Escolar; Produção e Industrialização de Alimentos
Produção Cultural e Design	A Arte de Falar em Público; Artes Visuais; Cerimonial: Conceitos, Precedência e Símbolos; Cerimonial: Tipos, Etiqueta e Profissional; Interculturalidade; Oficinas Culturais; Políticas Culturais; Técnicas de Publicidade e Propaganda
Recursos Naturais	Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável; Agricultura Familiar; Agroecologia; Associativismo e Cooperativismo; Conservação Ambiental; Ecologia; Educação Ambiental; Fisiologia Pós-Colheita em Fruticultura; Fisiologia Vegetal; Frutas e Hortaliças; Fruticultura e Empreendedorismo; Frutíferas de Clima Tropical e Subtropical; Geologia Ambiental; Gestão Agroindustrial; Implantação de Pomares; Legislação, Sustentabilidade e Conservação das Florestas; Matérias-Primas de Origem Animal; Olericultura; Percepção Ambiental; Planejamento Ambiental; Políticas Públicas Ambientais; Segurança Agrícola Rural; Solos; Suinocultura; Sustentabilidade e Urbanismo; Tópicos Especiais em Meio Ambiente; Viveiros e Propagação de Mudanças; Zootecnia
Segurança	Contrato e Legislação Aplicada a Eventos; Direito Administrativo; Direito Autoral, Crimes Cibernéticos e Tributos Aplicados a Eventos; Direito do Trabalho; Direito do Trabalho, Tributário e Empresarial; Direito e Legislação Ambiental; Direito Empresarial; Direito: Noções; Legislação Cooperativista; Legislação Turística; Segurança do Trabalho
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Alimentos e Bebidas na Hotelaria; Captação de Eventos; Etiqueta Profissional; Eventos: Conceitos; Eventos: Layout e Decoração; Eventos: Tipos; Gestão Empresarial para Eventos; Gestão Financeira para Eventos; Gestão Hoteleira; Governança em Hotelaria; Lavanderia na Hotelaria; Lazer na Hotelaria; Marketing em Eventos; Marketing Turístico; Meios de Hospedagem; Planejamento, Organização e Execução de Eventos; Recepção e Reserva na Hotelaria; Segurança e Operacionalidade de Evento

Vale ressaltar que a maior parte dos cursos lançados na Plataforma Aprenda Mais foi adaptada pelo IFRS até o momento. O Edital 47/2022 buscou atender a essa lacuna, convocando outras instituições da Rede Federal de EPCT para submissão de propostas para novos cursos. A partir da convocação desse edital, foram catalogadas e registradas as etapas descritas a seguir.

5. Estudo de caso: a Plataforma Aprenda Mais

A partir da captação de recursos, pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação, foram iniciadas parcerias com dois órgãos significativos na excelência em prestação de serviços: (i) a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) – com conhecimento técnico de gestão de redes, infraestrutura e segurança de tecnologias da informação e comunicação (TICs); e (ii) o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) – instituto com maior experiência e quantidade de matrículas EaD da Rede Federal de EPCT. Concomitantemente, a Setec/MEC iniciou o projeto de criação, normatização e implantação da Plataforma Aprenda Mais.

O IFRS foi convidado pela Setec/MEC para ficar responsável pela proposta pedagógica sobre os temas a serem trabalhados na Plataforma Aprenda Mais, uma vez que, na época em que ela fora criada, não havia muitas instituições da Rede Federal de EPCT que tinham perspectivas educacionais significativas. Por ser a instituição que, desde a implantação de sua EaD, apresentou uma grande quantidade de matrículas, com qualidade técnica e boa resposta do seu público local, o IFRS foi o escolhido.

Assim, no primeiro semestre de 2020, foram feitas reuniões entre a Setec/MEC, o IFRS e a RNP, para a elaboração de um plano de trabalho que foi registrado na TED 9374, tendo o IFRS se responsabilizado pela assessoria na elaboração dos cursos e a RNP, pela hospedagem da plataforma. No IFRS, o projeto foi oficialmente iniciado em julho de 2020, com as seguintes ações previstas: contratação/ capacitação de bolsistas e apoio na elaboração da chamada técnica para a Rede Federal submeter propostas de cursos, cuja previsão inicial era a de publicação dos resultados da chamada técnica.

A equipe do IFRS começou a elaborar cursos a partir da plataforma ProEdu, a fim de disponibilizá-los como piloto da plataforma. Assim, com a proposta de criação de um ambiente virtual pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) e com o objetivo de ampliar a disponibilização de cursos massivos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para a sociedade, observou-se a necessidade de instituir a Plataforma por meio da publicação de um marco normativo, bem como a de nomear um comitê gestor para coordenar os seus trabalhos de implementação e gerenciamento.

Dessa forma, com a publicação da Portaria nº 491, de 7 de outubro de 2021, foi instituída a Plataforma Aprenda Mais – com cursos abertos e on-line da Rede Federal e do Comitê Gestor da Plataforma, que está disponível em <https://aprendamais.mec.gov.br> (último acesso em: 6 fev. 2024). Considerando que ela também disponibilizará cursos massivos abertos on-line, selecionados por intermédio de edital de fluxo contínuo constituído para essa finalidade, é importante salientar que a própria plataforma viabilizará a efetivação da matrícula, bem como a certificação dos concluintes, após homologação, por parte da instituição responsável pela oferta do curso.

Todos os cursos disponibilizados pela plataforma (Figura 1) devem atender aos seguintes requisitos: (i) possuir carga horária entre 20 e 40 horas; (ii) contar com materiais educacionais produzidos, majoritariamente, pelos proponentes do curso e, quando houver conteúdo oriundo de curadoria, deverão ser respeitados os direitos autorais e de uso do material didático, privilegiando hiperlinks que direcionem o estudante à fonte direta; (iii) possuir, no mínimo, uma atividade avaliativa por módulo, mediante questionário contendo, pelo menos, 30 questões; (iv) seguir o layout estabelecido pela equipe técnica da plataforma e (v) demais requisitos previstos no edital de fluxo contínuo a ser empregado para a escolha dos cursos.



Figura 1: Captura da tela de entrada da Plataforma Aprenda Mais

Fonte: Plataforma Aprenda Mais (Brasil, 2023).

Em setembro de 2021, foi realizado o lançamento da Plataforma Aprenda Mais (Figura 2) e, desde então, ao IFRS compete realizar a assessoria pedagógica para a disponibilização de cursos desenvolvidos. O instituto utiliza, prioritariamente, materiais do repositório ProEdu e cursos submetidos pelo Edital Setec/MEC 47/2022 (atualmente em submissão por fluxo contínuo). As atividades de parceria da RNP estão vinculadas à gestão de TIC e Segurança da Informação.



Figura 2: Organização das etapas do projeto da Plataforma Aprenda Mais

Fonte: As autoras.

Não há indivíduos, empresas ou países sem cultura. Toda sociedade funciona de acordo com princípios, valores e tradições culturais específicos que determinam os pensamentos e comportamentos de indivíduos, grupos e instituições (Ashley, 2005, p.8). O principal motivo de ser socialmente responsável é que isso proporciona uma consciência de si mesmo e das nossas interações na sociedade. A partir dessa premissa de responsabilidade social, toda a proposta de abordagem educacional profissionalizante da Plataforma Aprenda Mais foi elaborada.

5.1 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC)

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), do Ministério da Educação (MEC), é responsável por formular, planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas de educação profissional e tecnológica (EPT) desenvolvidas em regime de colaboração com os sistemas de ensino e os agentes sociais parceiros. Entre suas atribuições, deve promover o fomento à inovação, à expansão e à melhoria da qualidade da educação profissional e tecnológica, especialmente quanto à integração com o ensino médio, à oferta em tempo integral e na modalidade a distância, à certificação profissional de trabalhadores e ao diálogo com os setores produtivos e sociais.

Além disso, a Setec/MEC, que responde pelo fortalecimento das instituições componentes da Rede Profissional, Científica e Tecnológica, deve estimular pesquisas e estudos voltados ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, bem como ampliar a sua atratividade e o seu reconhecimento social junto aos jovens, aos trabalhadores e à sociedade em geral.

5.2 O Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, que instituiu, no total, 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Por força de lei, o IFRS é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), pertencendo à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O supracitado instituto goza de prerrogativas com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar.

Em sua criação, o IFRS se estruturou a partir da união de três autarquias federais: o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Bento Gonçalves, a Escola Agrotécnica Federal de Sertão e a Escola Técni-

ca Federal de Canoas. Logo após, incorporaram-se ao instituto dois estabelecimentos vinculados a universidades federais: a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati, do Rio Grande. No decorrer do processo, foram federalizadas unidades de ensino técnico nos municípios de Farroupilha, Feliz e Ibirubá, e criados os campi de Caxias do Sul, Erechim, Osório e Restinga. Essas instituições hoje fazem parte do IFRS na condição de *campi*.

A Reitoria do IFRS é sediada em Bento Gonçalves; a instituição possui 17 *campi*: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão. O IFRS ainda instituiu o seu Núcleo de Memória, que pode ser acessado em: <https://memoria.ifrs.edu.br/> (último acesso em: 6 fev. 2023).

O Projeto "Plataforma Aprenda Mais – Cursos Abertos e on-line da Rede Federal", apresentado pelo IFRS à Setec/MEC, tem por objetivo disponibilizar infraestrutura técnico-pedagógica à Rede Federal, para a oferta de cursos abertos e massivos, tendo como parceiros a Setec/MEC, o IFRS e a RNP. Com duração de cinco anos (2020 a 2024) e descentralização de valores via TEDs 9374 e 10543, possui como principal objetivo "acompanhar e assessorar a Rede Federal na oferta de cursos massivos a partir de chamada pública", tendo, ainda, como escopo: i) desenvolver a plataforma de cursos massivos; ii) customizar o ambiente virtual Moodle para a oferta de cursos massivos; iii) customizar o ambiente virtual Moodle para a exportação de dados para o Sistec e a Plataforma Nilo Peçanha; iv) apoiar a seleção de cursos para compor a plataforma; v) adequar a estética, comunicacional e de acessibilidade dos conteúdos para compor a plataforma e vi) atender às dúvidas da comunidade externa.

O acompanhamento diário das atividades desenvolvidas pela equipe do IFRS na gestão pedagógica da Plataforma Aprenda Mais pode ser conferido por meio da plataforma Trello, acessível a qualquer momento:

- TED 9374: <https://trello.com/b/B7Gjxni7/projeto-mooc> .
- TED 10543: <https://trello.com/b/IGBdmfzn/aprenda-mais-2022-2024>. Último acesso aos links em: 6 fev. 2024.

A Figura 3 apresenta-se dividida em raias. Nas três primeiras, estão as atividades em andamento por equipe de trabalho (Libras, Designer Educacional e Coordenação). Em seguida, temos o acompanhamento do Edital 47/2022 e as raias (inseridas em cada célula de atividades) organizadas por mês de trabalho com as atividades finalizadas em cada um dos meses.

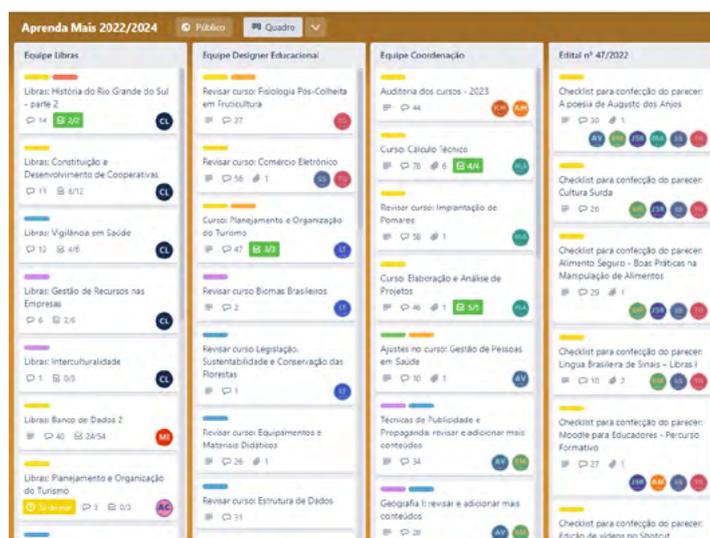


Figura 3: Gestão da Equipe Pedagógica Aprenda Mais (IFRS)

Fonte: IFRS, 2023.

A experiência do IFRS com a institucionalização da EaD pode ser verificada nos seguintes estudos: Ribeiro e Catapan (2018); Silva e Accorsi (2018); Silva e Munhoz (2020a); Silva e Munhoz (2020b) e IFRS (2023).

5.3 Conhecendo a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)

A RNP foi criada em setembro de 1989 pelo então Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Seu objetivo era construir uma infraestrutura nacional de rede de internet de âmbito acadêmico. Em 1992, foi iniciada a implantação da primeira rede de internet no país, que alcançou dez estados e o Distrito Federal. Em 1995, começou a abertura da internet comercial no Brasil. Nesse período, a RNP passou por uma redefinição de seu papel, estendendo seus serviços de acesso a todos os setores da sociedade. Em 1997, foi criado o Centro de Atendimento a Incidentes de Segurança (Cais), um dos primeiros grupos de resposta a incidentes de segurança a atuar em nível nacional na detecção, resolução e prevenção de incidentes que trafegam pela rede acadêmica e suas instituições usuárias.

Seguindo em sua trajetória histórica, em 1999 surgiu o Programa Interministerial RNP, ou seja, os Ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT) e da Educação (MEC) assinaram convênio para levar a rede acadêmica a um novo patamar. Nasceu o Programa Interministerial de Implantação e Manutenção da Rede Nacional para Ensino e Pesquisa (PI-MEC/MCT), hoje chamado de Programa Interministerial RNP (PI-RNP). Finalmente, em 2000, a primeira rede de internet da RNP, chamada Backbone RNP2, foi oficialmente inaugurada, com capacidade de 200 Mb/s e mais de 11 mil grupos de pesquisa beneficiados.

Em 2002, a RNP tornou-se instituição qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002. A partir de 2005, o então Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) lançou a Nova RNP, com o surgimento da Rede Ipê e Redecomep, com os objetivos de: melhorar a infraestrutura de redes em níveis nacional, metropolitano e local (redes de campus); atender, com aplicações e serviços inovadores, às demandas de comunidades específicas (telemedicina, biodiversidade, astronomia etc.) e promover a capacitação de recursos humanos em tecnologias da informação e comunicação.

Outra conquista apresentada pela RNP em 2016 ficou conhecida como a *gigatização*, quando todos os pontos de presença (PoPs) da RNP passaram a ser atendidos na capacidade Gb/s. Em 2018, a Rede Ipê recebeu primeiras conexões de alta velocidade, com 100 Gb/s. Atualmente, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) integra mais de 800 instituições de ensino e pesquisa no país, beneficiando mais de 3,5 milhões de usuários.

A participação da RNP na criação da Plataforma Aprenda Mais iniciou-se com o Projeto Setec/MEC Moodle – fase 1, realizado pelo 30º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão da RNP, assinado em 2020 e com início em março de 2021, com o propósito de disponibilizar um ambiente Moodle para a oferta de cursos MOOC para até 10.000 usuários simultâneos e escalonáveis.

Já o Projeto Setec/MEC Aprenda Mais – fase 2 apresentou como objetivos: i) avaliar a segurança da Plataforma Aprenda Mais e revisá-la sob a ótica da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); ii) disponibilizar um ambiente Moodle para a oferta de cursos na modalidade MOOC para até 10.000 usuários simultâneos e escalonáveis; iii) gerir a infraestrutura, operar, dar suporte, manter e sustentar a plataforma; iv) implantar a homologação de serviços de TI para a garantia do serviço da Plataforma Aprenda Mais e v) entregar um *dashboard* de governança.

6. Resultados: principais componentes da Plataforma Aprenda Mais

O termo governabilidade se refere às condições sistêmicas gerais por meio das quais ocorre o exercício do poder em dada sociedade, como a forma de governo, as relações entre os poderes, os sistemas partidários etc. Enquanto a governabilidade diz respeito às condições do exercício da autoridade política, a governança qualifica o modo de uso dessa autoridade (Matias-Pereira, 2009, p. 70).

A partir do processo interno, realizado no Ministério da Educação, para o estabelecimento de parcerias e o planejamento do projeto de que este artigo trata, foram criados mecanismos de governabilidade e governança para a Plataforma Aprenda Mais, sob a forma de elemento convocatório (chamada pública) representado pelo Edital nº 47/2002. Também foi feita atividade de capacitação para os docentes interessados na submissão de propostas, além de ter sido criado e estabelecido um Comitê Gestor. No mais, uma parceria foi feita com outros projetos do Ministério da Educação, por meio do projeto Conecta Rede.

6.1 Edital nº 47/2022

Publicado no primeiro semestre de 2022, o Edital nº 47/2022 apresentou como finalidade a divulgação da chamada pública para o processo seletivo de 60 (sessenta) cursos abertos, on-line e massivos (MOOCs) oferecidos pela RFEPCT, a serem disponibilizados na Plataforma Aprenda Mais. Todas as instituições vinculadas à Rede Federal, conforme a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, são elegíveis a participar do processo seletivo previsto no referido edital.

Quanto aos requisitos técnicos solicitados no edital em questão, foram apresentadas as seguintes orientações aos interessados:

7.1.1. O curso deverá ser inédito na Plataforma APRENDA MAIS, ou seja, curso ainda não oferecido pela citada Plataforma.

7.1.2. O curso deverá seguir a identidade visual padronizada da Plataforma APRENDA MAIS.

7.1.3. O conteúdo dos cursos deve ser organizado em seções, no mínimo com 2 e no máximo com 4 módulos.

7.1.4. Os cursos devem ter carga horária de no mínimo 20 horas e no máximo 40 horas.

7.1.5. Os materiais e as atividades utilizados na Plataforma APRENDA MAIS devem ser, obrigatoriamente, de autoria dos proponentes do curso.

[...]

7.1.6. Materiais complementares publicados livremente na internet poderão ser adicionados ao conteúdo do curso, indicados através de link e providenciados para acessibilidade.

7.1.7. Os cursos devem possuir, ao menos, uma atividade avaliativa por módulo, gerando uma nota final entre 0 e 100. O aproveitamento mínimo para aprovação e disponibilização do certificado será de 60% (sessenta por cento).

7.1.8. Cada módulo deve apresentar como atividade avaliativa, com atribuição de nota, um questionário contendo, no mínimo, 20 questões fechadas, como: múltipla escolha, associar colunas, verdadeiro ou falso, completar lacuna, entre outros, sendo permitidas 3 tentativas, cujo aproveitamento final será a maior nota obtida nas tentativas realizadas.

7.1.9. Em caso de uso de links, estes devem ser mencionados ao longo do conteúdo do curso. em caso de uso de áudio e/ou vídeos, estes devem estar incorporados ao longo do conteúdo do curso:

- a) Os áudios ou vídeos deverão ter, no máximo, 5 (cinco) minutos de duração.
- b) Cada curso deverá ter, no máximo, 10 (dez) arquivos de áudio ou vídeo por módulo.
- c) Os áudios ou vídeos de autoria dos proponentes deverão ser produzidos exclusivamente para o curso proposto, não sendo permitido o reaproveitamento de vídeos de outros cursos anteriormente ofertados.
- d) Os vídeos devem estar em formato paisagem.
- e) Os vídeos autorais e de tradução para Libras devem ser entregues em formato MP4 e ter resolução mínima de 1280x720.

7.1.11. As imagens utilizadas no curso, seja como conteúdo ou avaliação, devem estar descritas, visando à acessibilidade.

7.1.12. Os cursos devem garantir acessibilidade, conforme o tipo de mídia submetida:

- a) Os textos devem estar, preferencialmente, disponibilizados no formato de página HTML ou livro (conjunto de páginas HTML) do ambiente virtual.
- b) As imagens devem ter descrição com texto alternativo na imagem ou no próprio corpo do texto.
- c) Os áudios devem ser acompanhados de arquivos de transcrição e tradução em Libras.
- d) Os vídeos devem ter legendas, tradução em Libras e arquivos de transcrição
- e) Os demais arquivos (arquivos de texto, planilhas eletrônicas, apresentação de slides, entre outros) inseridos no curso também devem estar acessíveis para o leitor de telas.

7.1.13. Os vídeos de Libras também deverão:

- a) Ser gravados com fundo Chroma key verde ou cor que seja possível retirar o fundo sem comprometer o vídeo.
- b) Enquadrar o(a) intérprete em posição em pé, com espaço de 30 cm adicional nas laterais, 30 cm acima da cabeça e 30 cm abaixo da cintura (Ministério da Educação, 2022, p. 3-5).

A seleção dos cursos para compor a programação da Plataforma Aprenda Mais também respeitou os princípios da legalidade, da impessoalidade, da publicidade e da eficiência, tornando públicas todas as condições e regras norteadoras da análise e seleção das propostas submetidas.

6.2. Capacitação para autores de cursos para a Plataforma Aprenda Mais

Uma das premissas para a submissão de proposta de curso, pelos docentes da Rede Federal de EPCT, no Edital nº 47/2022, é a participação na Capacitação para autores de cursos para a Plataforma Aprenda Mais. Essa capacitação foi planejada de modo a introduzir os principais conceitos exigidos para o atendimento dos padrões de qualidade adotados pela Setec/MEC e coordenados pela Equipe IFRS na gestão pedagógica da Plataforma Aprenda Mais.

A capacitação para autores de cursos para a Aprenda Mais (Figura 4) é um curso que auxilia o docente a entender como funciona a plataforma. Por meio dele, é possível entender o que é preciso fazer para ter um curso disponibilizado. Com carga horária de 20h, seu público-alvo são os servidores do quadro ativo permanente da RFEPC (docentes ou técnicos administrativos em Educação).



Figura 4: Captura de tela do acesso inicial à capacitação para autores de cursos para a Aprenda Mais

Fonte: Plataforma Aprenda Mais (Brasil, 2023).

Os cursos são autoinstrucionais, ou seja, prescindem do acompanhamento de um tutor. Portanto, é o próprio estudante quem cria sua conta, faz a inscrição em um curso e, após cumprir todas as atividades planejadas, gera o seu certificado no mesmo ambiente, desde que tenha observado os dias mínimos para emissão do documento.

Não há limite de vagas ou inscrições, mas os cursos são ofertados com períodos semestrais; assim, o estudante pode fazer a sua inscrição e já conhecerá o prazo para conclusão do curso. Caso não obtenha o mínimo para ser aprovado e receber seu diploma, o aluno deve aguardar o lançamento de uma nova turma (no próximo semestre) e realizar sua inscrição novamente (Brasil, 2023).

6.3. Comitê gestor da Plataforma Aprenda Mais

O comitê gestor da Plataforma Aprenda Mais foi instituído pela Portaria nº 491, de 7 de outubro de 2021, sendo composto por três membros indicados pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal (DDR/ Setec/ MEC), um membro indicado pelo Gabinete da Setec/ MEC e um membro indicado por cada uma das seguintes instituições: Conselho Nacional de Diretores de Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (Condetuf); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Conif) e Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). O art. 5º da portaria indica que o Comitê Gestor tem as seguintes atribuições:

- I – acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas e os resultados da Plataforma em termos de matrículas, eficiência acadêmica e instituições envolvidas no projeto;
- II – incentivar as instituições da Rede Federal Educação Profissional, Científica e Tecnológica para que ofereçam cursos por meio da Plataforma;
- III – coordenar o processo de seleção dos cursos que serão disponibilizados na Plataforma;

IV – identificar as demandas de formação de Educação Profissional e Tecnológica adequadas para a oferta por meio da Plataforma;

V – acompanhar a disponibilização do material educacional da Plataforma em repositório definido pela Setec/MEC;

VI – desenvolver estratégias de articulação junto a outras pastas ministeriais visando divulgação de cursos, captação de demandas e demais parcerias possíveis para a Plataforma (Brasil, 2021).

A critério da coordenação do comitê gestor da plataforma, outros especialistas e técnicos poderão ser convidados a contribuir com as atividades (art. 6). “A participação dos membros no Comitê Gestor da Plataforma será considerada prestação de serviço público relevante e não remunerada” (cf. art.9, Brasil, 2021).

6.4. Conecta Rede

A parceria entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) tem o objetivo de auxiliar o processo de modernização da capacidade tecnológica e apoiar o processo de transformação digital, visando apresentar soluções únicas que atendam às necessidades da Rede Federal para auxiliar a consecução dos seus objetivos. A Plataforma Aprenda Mais pertence ao portfólio de soluções nessa parceria. As principais diretrizes do Programa Conecta Rede são:

- impulsionar o processo de modernização da capacidade tecnológica e transformação digital das instituições com vistas a contribuir para a economicidade e a uniformização do atendimento em suas demandas na área Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- contribuir para a economicidade e a uniformização das ações de TIC no âmbito das instituições beneficiadas pelo Programa, por meio da articulação com os atores envolvidos no programa;
- fortalecer o ecossistema de inovação das instituições beneficiadas pelo Programa;
- viabilizar o desenvolvimento e a disseminação da inovação e da tecnologia visando à eficiência do gasto público;
- ampliar a oferta de novos serviços e produtos com ganhos de escala, qualidade, segurança para a comunidade das instituições beneficiadas pelo Programa;
- contribuir para a ampliação do uso de soluções digitais concebidas para as Instituições de Ensino em benefício da transformação digital na Educação Profissional e Tecnológica do país;
- capacitar profissionais das instituições beneficiadas pelo Programa no âmbito da TIC;
- fortalecer a atuação colaborativa entre as unidades das instituições beneficiadas pelo Programa (MEC, 2023).

O processo de adesão é feito por projeto e conduzido pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). O termo de adesão deve ser solicitado por meio do canal atendimento@rnp.br e preenchido pela instituição interessada, para encaminhamento à RNP.

7. Considerações finais

A partir de uma necessidade observada na educação pública brasileira, tendo como recorte a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foi identificado o problema desta pesquisa: como reduzir as desigualdades para a oferta de cursos MOOC dentro da perspectiva da Rede Federal de EPCT? Como resposta, o presente artigo trouxe um relato de experiência do processo de institucionalização da EaD, a partir da oferta de cursos massivos (MOOCs) pela Rede Federal de EPCT, por meio da criação da Plataforma Aprenda Mais, uma parceria da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

Partindo de uma demanda reprimida por cursos MOOCs pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – com suporte econômico da Setec/MEC, parceria na gestão pedagógica do IFRS e viabilidade técnica TIC pela RNP –, surgiu o projeto para criação e implantação da Plataforma Aprenda Mais.

Esse projeto apresentou seus desafios, por lidar com as desigualdades no acesso digital e na maturidade do conhecimento em EaD pelas instituições da Rede Federal de EPCT. Há, ainda, uma resistência, por parte das próprias instituições da Rede Federal de EPCT, em submeter propostas, pela crença de que a oferta deve ser feita em suas próprias plataformas ou centros de EaD. Somado a isso, a pandemia de Covid-19 desafiou os gestores a lançarem meios de ensino remoto de forma incipiente e sem os cuidados técnicos que as complexidades da EaD exigem.

Embora o estabelecimento de parcerias e a organização para disponibilizar a Plataforma Aprenda Mais tenham sido aspectos favorecidos, por ela ter sido criada no âmbito do Ministério da Educação, ainda são encontradas barreiras na divulgação da plataforma pela mídia de massa, dada a sua concorrência com outros programas de governo mais atrativos ou estratégicos. Isso tem por consequência o desconhecimento amplo da sociedade acerca desse benefício educacional ofertado pelo Estado.

Como limitação do estudo, destaca-se que ainda não é possível aprofundar uma análise qualitativa de aprendizagem por meio da Plataforma Aprenda Mais, uma vez que seria necessário dispor de mais tempo e recursos para uma pesquisa de campo longitudinal, referente ao acesso a uma amostra significativa de egressos que compusesse uma matriz de referência robusta aos resultados do estudo.

O trabalho de Bielschowsky (2017) representou um importante marco na EaD do estado do Rio de Janeiro, com a história da construção do Consórcio Cecierj, um dos pioneiros na educação pública a distância no Brasil. Nesse mesmo espectro, o presente trabalho busca introduzir o processo de criação de uma plataforma de cursos MOOC profissionalizantes na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica pelo Ministério da Educação.

Não obstante, por mais bem-sucedidas que as confrontações sejam, os pesquisadores não podem, na análise final, evitar suas próprias lentes de pesquisa ao representarem a realidade (Yin, 2016). Assim, o objetivo deste trabalho foi apresentar a construção de um ambiente comum a todos da Rede Federal de EPCT que ofertam cursos MOOC, não somente aqueles voltados ao ensino superior, mas também ao nível médio técnico, para toda a sociedade.

Como principais resultados obtidos, desde a criação da plataforma até o momento da escrita deste artigo, são registrados: mais de 1 milhão de matrículas; 230 cursos disponíveis; mais de 10 mil pessoas com deficiência atendidas (ressaltando-se a importância de a Aprenda Mais ser uma plataforma que busca a acessibilidade). Além disso, destaca-se que a maioria dos matriculados é composta por pardos ou pretos e de pessoas inseridas em famílias com renda per capita de até 1,5 salário-mínimo. O compromisso da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, portanto, é por uma educação pública, gratuita, inclusiva, acessível e de qualidade.

Biodados e contatos dos autores



MARUYAMA, U. é professora na Coordenação de Administração no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ) e Coordenadora da disciplina (PA2) Gerenciamento de Projetos, no curso EaD de Tecnologia em Gestão de Turismo (Cederj/Cefet-RJ). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atuou como Gerente de Projetos e Coordenadora-Geral de Projetos e Supervisão (2022-2024) na Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec-MEC), no Ministério da Educação, em Brasília-DF, onde foi responsável pelo projeto da Plataforma Aprenda Mais, dentre outras atribuições.

ORCID: 0000-0001-8350-229X

E-mail: maruyama.academic@hotmail.com



SILVA, J. M. C. é professora da área de Informática do campus Bento Gonçalves e coordenadora de educação a distância do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Completou seu pós-doutorado na Athabasca University e o doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Seus interesses de pesquisa incluem educação a distância, assistentes inteligentes e Informática na Educação.

ORCID: 0000-0003-4886-6850

E-mail: julia.silva@bento.ifrs.edu.br

Agradecimentos

Aos parceiros da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica com o Projeto Aprenda Mais: Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). À revisora Yasmin Rodrigues, do Ministério da Educação, pelo apoio e pela análise textual.

Referências

- AGONÁCS, N.; MATOS, J. F. Os cursos on-line abertos e massivos (Mooc) como ambientes heurísticos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 101, n. 257, p. 17-35, jan./abr. 2020.
- ANDRADE, M. V.; SILVEIRA, I. F. Panorama da aplicação de massive open online course (MOOC) no ensino superior: desafios e possibilidades. *EaD em Foco*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 101-114, 2016.
- ASHLEY, P. (org). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. *Censo EaD.BR 2020/2021: Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil*. Rio de Janeiro: Abed, 2021. Disponível em: https://www.abed.org.br/site/pt/midioteca/censo_ead/2144/2022/04/censoeadbr_-_2020/2021. Acesso em: 7 fev. 2024.
- ATKINSON, P.; HAMMERSLEY, M. Ethnography and Participant Observation. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *Handbook of Qualitative Research*. Thousands Oaks, CA: Sage, 1994.

- BASTOS, R.; BIAGIOTTI, B. MOOCs: uma alternativa para a democratização do ensino. *Revista Novas Tecnologias na Educação*, v. 12, n. 1, 2014. DOI: 10.22456/1679-1916.50333. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/50333>. Acesso em: 19 fev. 2024.
- BATTESTIN, V.; SANTOS, P. ADDIEM: um processo para criação de cursos MOOC. *EaD Em Foco*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2022.
- BEHAR, P. A. et al. *Modelos pedagógicos em educação a distância*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BEHAR, P. A. et al. *Recomendação pedagógica em educação a distância*. Porto Alegre: Penso, 2019.
- BIELSCHOWSKY, C. Consórcio Cederj: A história da construção do projeto. *EaD em Foco*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 8-27, 2017.
- BRASIL. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 7 fev. 2024.
- BRASIL. *Portaria nº 491, de 7 de outubro de 2021*. Institui a Plataforma Aprenda Mais – cursos abertos e on-line da Rede Federal e o Comitê Gestor da Plataforma. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-491-de-7-de-outubro-de-2021-352007040>. Acesso em: 7 fev. 2023.
- BRASIL. *Plataforma Aprenda Mais*. Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://aprendamais.mec.gov.br/>. Acesso em: 7 fev. 2024.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforming of the New Public Management: Now in the Latin-American Agenda, However. *International Journal of Political Studies*, n. 3, p. 143-166, 2001.
- BRYNJOLFSSON, E.; MCAFEE, A. *The Second Machine Age: Work, Progress, and Prosperity in a Time of Brilliant Technologies*. New York: Norton & Company, 2014.
- CASTELLER, L. D. *A centralidade de "Experiência" na concepção educacional de John Dewey: análise de apropriações no pensamento brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Educação – Faculdade de Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2008).
- CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.
- DE OLIVEIRA, A. G.; FASSBINDER, M.; BARBOSA, E. F. Um conjunto preliminar de requisitos pedagógicos para caracterização e comparação de plataformas de MOOCs. *Nuevas Ideas en Informática Educativa*, Santiago de Chile, v. 12, p. 167-176, 2016. Disponible en: <http://www.tise.cl/volumen12/TISE2016/167-176.pdf>. Acceso em: 7 fev. 2023.
- DOWNES, S. The Quality of Massive Open Online Courses. In: KHAN, B. H., ALLY, M. (Org.). *International Handbook of E-Learning*. London, UK: Routledge, 2016.
- GARCÍA, C. M. Diseño e implementación de cursos abiertos masivos en línea (MOOC): expectativas y consideraciones prácticas. *Revista de Educación a Distancia*, Murcia (España), n. 39, p. 58-77 2013. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=54729539004>. Acceso en: 7 fev. 2024.
- GONÇALVES, B. *MOOC e b-Learning: uma proposta para o mestrado em TIC na Educação e Formação do Instituto Politécnico de Bragança*. 2013. Dissertação (Mestrado em TIC na Educação e Formação) – Instituto Politécnico, Universidade de Bragança, Bragança (Portugal), 2013.

- GOUROVA, E. *et al.* Adapting Educational Programmes According to E-Competence Needs: The Bulgarian Case. *Interactive Technology and Smart Education*. v. 11, n. 2, p. 123-145, 2014.
- HASE, S. Self-Determined Learning (Heutagogy): Where Have We Come Since 2000? *Southern Institute of Technology Journal of Applied Research*, [s. l.], 2016. Special edition.
- HOBBSAWN, E. J. *A questão do nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780*. Lisboa: Terramar, 1998.
- IFRS. *Relatório Aprenda Mais*. Pró-Reitoria de Ensino. Rio Grande do Sul: Instituto Federal do Rio Grande do Sul, 2023.
- MACHADO, P. C. *Análise técnica de plataformas para cursos Mooc do IFRS: Moodle e TimTec*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Industrial Mecânica) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017.
- MATIAS-PEREIRA, J. M. *Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MEC. Plataforma Aprenda Mais. *Capacitação para Autores de Cursos para a Aprenda Mais – Turma 2023*. Brasília, DF: MEC, 2023a. Disponível em: <https://aprendamais.mec.gov.br/mod/page/view.php?id=32910>. Acesso em: 7 fev. 2024.
- MEC. Ministério da Educação. *Conecta Rede*. Brasília, DF: MEC, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-profissional/conecta-rede/conecta-rede>. Acesso em: 7 fev. 2024.
- MEC. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Dados Abertos. Brasília, DF: MEC, 2023c. Disponível em: <https://dadosabertos.mec.gov.br/rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica>.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Edital nº 47/2022. *Chamada pública para oferta de cursos da Plataforma Aprenda Mais*. Ministério da Educação: Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/editais/2022/Editaln47.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2024.
- MENGUAL-ANDRÉS, S.; VÁZQUEZ-CANO, E.; MENESES, E. L. La productividad científica sobre Mooc: aproximación bibliométrica 2012-2016 através de Scopus. *Revista Iberoamericana de Educación a Distancia*, v. 20, n. 1, p. 39-58, 2016.
- OLSEN, W. *Coleta de dados: debates e métodos fundamentais em pesquisa social*. Porto Alegre: Penso, 2015.
- PERRENOUD, P.; THURLER, M. G. *As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação*. [s.l.]: Artmed Editora, 2009.
- RIBEIRO, L. O. M.; CATAPAN, A. H. Plataformas MOOC e redes de cooperação na EaD. *EmRede – Revista De Educação a Distância*, on-line, v. 5, n. 1, p. 45-62, 2018.
- SANTOS, S. A. MOOCS para formação continuada de professores em competências digitais. *Revista EDaPE-CI – Educação a Distância e Práticas Educativas Comunicacionais e Interculturais*, Sergipe; Alagoas, v. 22, n. 1, p.41-54, 2022.
- SILVA, J. M. C.; ACCORSI, M. I. Institucionalização da educação a distância em um Instituto Federal. *EmRede – Revista De Educação a Distância*, on-line, v. 5, n.1, p.73-85, 2018.
- SILVA, K. K. A. da.; BEHAR, P. A. Modelos pedagógicos baseados em competências digitais na educação a distância: revisão e análise teórica nacional e internacional. *EaD Em Foco*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2021.

- SILVA, J. M. C.; MUNHOZ, E. M. B. O processo de consolidação da EaD no IFRS por meio dos MOOCs e a ampliação do acesso à educação. *EmRede – Revista De Educação a Distância*, on-line, v. 7, n. 2, p.30-46, 2020a.
- SILVA, J. M. C.; MUNHOZ, E. M. B. Design e comunicação no sucesso dos cursos massivos: um estudo a partir dos MOOCs do IFRS. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA – ESUD, XVII; CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA – CIESUD, VI, 2020. Anais []*. On-line. 2020b. Disponível em: <https://esud2020.ciar.ufg.br/anais-esud-2020/>. Acesso em: 7 fev. 2023. 2020b.
- SILVERMAN, D. *Interpretação dos dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- UNESCO. *A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19*. Paris: Unesco, 2020.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- YIN, R. K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2016.